

D. Fernando II e a cruzada em prol do património arquitectónico nacional

Fação-se diligencias para que a Batalha, esse monumento pelo qual eu tenho uma especie de fanatismo não siga a sorte d'Alcobaça. Essas impressões porem se tornão cheias de tristeza quando eu, entusiasta exaltado por tudo quanto pertence às bellas artes e monumentos, vejo o lastimoso estado das outrora bellas edificações dos antigos reis de Portugal.

D. Fernando II, carta a Rodrigo da Fonseca Magalhães, 19-04-1852

Os alvares do século XIX foram marcados, em Portugal, por um clima de grandes convulsões políticas que teve consequências devastadoras para o nosso património arquitectónico. As invasões francesas (1807-1811), as lutas liberais e a extinção das ordens religiosas, com a consequente desamortização dos seus bens (1834), deixaram feridas profundas em numerosos edifícios, na sua maioria antigas casas conventuais fragilizadas estruturalmente pela própria acção do tempo e com rendimentos já muito reduzidos para fazer face aos estragos provocados pelo Homem.

Ao longo deste período, a profanação, a destruição, a pilhagem, a venda abusiva e a mudança de funções foram uma constante, criando uma situação comparável à do vandalismo pós-revolucionário francês, que viria a motivar fortes protestos por parte de alguns vultos da literatura da época, como Alexandre Herculano, Almeida Garrett e António Feliciano de Castilho. O discurso patrimonial dos literatos viria a revelar-se fundamental para que o Estado assumisse a salvaguarda dos monumentos como uma das suas

atribuições, no entanto, não terá sido menos determinante o papel activo que o rei-consorte D. Fernando II (1816-1885) desempenhou nesse domínio. Este príncipe germânico estabeleceu-se no nosso país em 1836, ao contrair matrimónio com D. Maria II, tendo, desde cedo, demonstrado interesse pelas manifestações artísticas da sua pátria de adopção. A sua riqueza pessoal, o gosto pelas artes e a cuidada educação que recebera na corte de Coburgo permitiram-lhe uma acção dinâmica em prol da cultura nacional, promovendo a atribuição de bolsas de estudo aos artistas, lançando a moda do coleccionismo e incentivando o ensino artístico.

Entusiasta da arquitectura – foi protector da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses –, demonstrou vontade em conhecer os nossos monumentos mais relevantes e, chocado pelo estado de degradação, logo se empenhou no encaminhamento dos processos de restauro. As boas relações que mantinha com o então ministro do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães, contribuíram favoravelmente nesse sentido.



Impressionou-o particularmente o Mosteiro da Batalha, símbolo por excelência de um contexto cultural que valorizava a Idade Média e os seus testemunhos. À visita que efectuou em 1836, seguiram-se as respectivas diligências junto do Governo e, após um impasse de quatro anos, dava-se finalmente início às obras de recuperação que ficaram a cargo da Direcção de Obras Públicas da Divisão do Centro, sob direcção do Eng.º Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque. Foi, entretanto, aprovada uma verba anual de dois contos de réis, dotação que Raczynsky, em 1846, considerou reduzida para os trabalhos que já se encontravam à vista. D. Fernando chegou ainda a pensar no acabamento das “Capelas Imperfeitas” para aí instalar

o panteão real, propondo-se a contratar um arquitecto alemão. Esta intenção, encorajada talvez pelas obras da Catedral de Colónia, igualmente incompleta, acabaria por não ter desenvolvimento.

Vizinho de uma das residências reais, o Mosteiro dos Jerónimos atraiu de imediato a atenção do rei-consorte que foi parte interessada nos trabalhos de restauro que se foram fazendo desde a sua atribuição à Casa Pia. A valorização do edifício iniciou-se sob direcção do inglês Colson e, com vicissitudes várias, prolongou-se até aos anos 70, vindo a ser finalmente orientada pela dupla de cenógrafos italianos Cinatti e Rambois, não sem alguma agitação e polémica, causadas pela derrocada da recém-edificada torre, em 1878. A elevação de Tomar a capital de distrito, em 1843, e a consequente estada da família real nesta cidade proporcionaram uma visita ao Convento de Cristo, que viria também a ser alvo de beneficiações diversas por intervenção directa do monarca. A célebre janela manuelina da Casa do Capítulo deste convento agradou-o particularmente, ao ponto de ter mandado desmontar o corpo superior do claustro renascentista que a encobria em parte.

Dependente da boa vontade dos dirigentes do Governo e sem um esquema burocrático eficaz a nível patrimonial – como o que se montou em França depois de 1830 com a monarquia de Luís Filipe –, D. Fernando apresentava-se como o grande impulsionador a nível cultural e, até, financeiro dos projectos. A longo prazo, os reflexos da sua intervenção ficariam registados nos trabalhos desenvolvidos em edifícios como a Sé de Lisboa e a Torre de Belém, estendendo-se depois a outros pontos do território nacional. À luz do pensamento de hoje, muitas das intervenções então levadas a efeito poderão ser discutíveis. No entanto, o que importa realmente deter é que travaram o estado de degradação dos nossos principais monumentos.

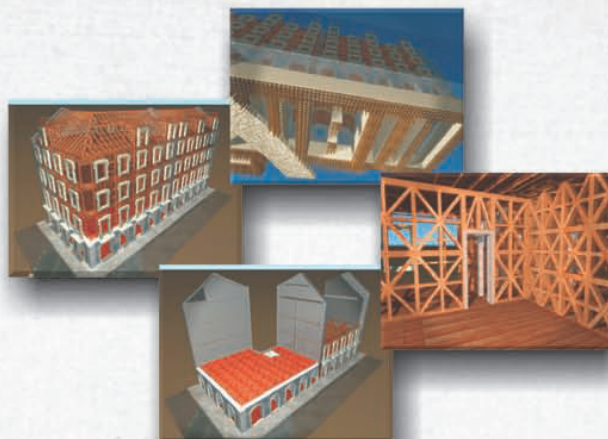
De toda a sua acção patrimonial, avulta em lugar de destaque a construção do Palácio da Pena que teve como embrião um pequeno convento Jerónimo arruinado, adquirido em hasta pública, no ano de 1838. A ideia inicial do rei-consorte foi restaurar o cenóbio com a possível fidelidade, adaptando-o a residência de veraneio. Viria a suceder-se, depois, a laboriosa imaginação romântica que determinaria o caminho a seguir, daí resultando um edifício eclético onde aos orientalismos se junta todo um conjunto de sugestões colhidas em monumentos portugueses como os Jerónimos, a Torre de Belém ou o Convento de Cristo de Tomar. Obra maior do romantismo português, o Palácio da Pena é assim, de algum modo, uma homenagem a esse património que o monarca tanto admirou e que ajudou a conservar.

Bibliografia:

Obras de Clara Moura Soares (2001), José Teixeira (1986), Maria João Baptista Neto (1997), Paulo Pereira e José Martins Carneiro (1999), Regina Anacleto (1994, 1997).

HUGO XAVIER,
Historiador da Arte, Mestrando em Museologia pela FCSH - UNL

BAIXA



Vídeo Baixa Pombalina

Modelo descritivo tridimensional
da estrutura de um quarteirão

Um novo modelo
(e uma nova visão)
do edificado pombalino

A partir da informação recolhida através do levantamento de diversos edifícios e das fotografias e desenhos reunidos na sequência de diversas intervenções de campo, foi possível modelar todas as peças que constituem a estrutura de alvenaria e madeira de um quarteirão pombalino, em três dimensões, usando o AutoCad. Após exportação para outro *software*, seguiu-se um processo de filtragem e conversão, para eliminação de linhas auxiliares e, finalmente, um trabalho de *rendering*. O resultado final foi um modelo de 210 000 polígonos. As paredes exteriores foram supostas transparentes, para facilitar a visualização dos elementos construtivos e estruturais. O vídeo inclui uma animação, simulando uma visita ao interior do modelo de um edifício pombalino e inclui duas versões: uma com locução, descrevendo os aspectos técnicos do edificado pombalino, e outra só com música de Mozart, contemporâneo da reconstrução pombalina.

Realizado e Produzido por

Oz

www.oz-diagnostico.pt

Distribuído por



G.E.Co.R.P.A

Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico
R. Pedro Nunes, 27- 1º Esq. • 1050-170 Lisboa, Portugal
Tel.: 351 21 354 23 36 • Fax: 351 21 315 79 96
<http://www.gecorpa.pt> e-mail: info@gecorpa.pt